

A RELAÇÃO ENTRE O BOLSA FAMÍLIA E O NÍVEL DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE SEUS BENEFICIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRATEÚS-CE: MANIPULAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO?

Antonia Dayany Gomes da Silva (1); Mirélio Ferreira da Silva (1); Elinalda Aurélio Moraes (1);
Rodrigo Santaella Gonçalves (2)

⁽¹⁾ *Graduando em Zootecnia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Crateús;*
⁽²⁾ *Orientador, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Caucaia.*

INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro é marcado pela penúria e políticas públicas escassas. Isso contribui para situações de dependência política, relacionado ao coronelismo e a troca de favores em que a população fica submetida a manipulação e atuação política limitada. Para efeito da presente pesquisa, foi essa a chave contextual que deve ser inserida a análise e as percepções sobre o Programa Bolsa Família. O município de Crateús inserido nessa realidade, consta com cerca de 73 mil habitantes e 8.448 famílias beneficiárias, é evidente a pobreza característica da região e o impacto do Programa Bolsa Família sobre a população crateuense.

O Programa Bolsa Família (PBF) estabelecido em 2003 o qual beneficia famílias de baixa renda, o qual repassa recursos diretamente aos beneficiários, sem intermediação (COHN, 2013). Alguns autores consideram o PBF mais um meio de manipulação política, de forma que de acordo com Castro (2008), por exemplo, em que a cultura do coronelismo se mantém, uma vez que o beneficiário não é sujeito, mas um objeto da política. Por outro lado, Rêgo e Pinzani (2013) afirmam que as famílias adquirem uma autonomia por meio da superação da cultura da resignação.

Uma análise breve nas votações no Partido dos Trabalhadores pode-se observar um número elevado nos anos 2010 e 2014, em que o partido obteve níveis superiores às médias nacionais que poderia inserir-se a crítica sobre o grande número de beneficiários no programa. No entanto, tais votações são maiores que a quantidade de beneficiários do PBF no município. Essa relação entre as votações e o número de beneficiário é útil, mas insuficiente para compreender o posicionamento político.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa objetivou-se em analisar os efeitos e percepções do PBF e se isso hipoteticamente criaria uma espécie de autonomia no posicionamento político e percepção do papel do Estado. Tendo como objetivo principal compreender as relações existentes entre o nível de consciência política das populações beneficiárias do programa bolsa família do município de Crateús e a existência do programa.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no município de Crateús, Ceará, o qual possui 73 mil habitantes e 8.448 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Nos primeiros meses, houve reuniões entre bolsistas e orientador para discutir sobre a bibliografia sobre o tema e das técnicas de pesquisa em ciências sociais. Fundamentado em métodos qualitativos, se construiu um roteiro de entrevista, baseado no trabalho de Rêgo e Pinzani (2013), fazendo uso de conversas abertas, buscando falas mais livres possíveis em que as famílias puderam responder em seu tempo, sendo instigadas a conversar mais sobre o assunto.

Para o trabalho, realizou-se um contato prévio com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Crateús, em que os responsáveis pelo programa fizeram uma apresentação sobre o Bolsa Família e posteriormente forneceram a lista dos beneficiários do município. Com ideia de aprofundar realmente na qualidade e construção mais detalhada das percepções das famílias entrevistadas, selecionaram-se dezoito famílias que possuíam contato prévio com os bolsistas. E buscando uma amostra representativa, as famílias entrevistadas situavam-se na sede e interior.

O roteiro das entrevistas compunha as seguintes abordagens: I. Perfil familiar, quantidade de pessoas na família; escolaridade; média da renda e se as pessoas trabalhavam; II. Percepção da situação em que vivem; porque são beneficiários; direito ou favor do governo; perspectivas de vida e se o bolsa família mudou tal perspectiva; III. Mudanças a partir do Bolsa Família, o que o programa mudou na vida da família, se alterou a forma desta ver o mundo, empoderamento em relação a do gênero; IV. Como veem as pessoas que estão na mesma situação; Se tem ou estabeleceram algum tipo de relação com as outras famílias que se encontram na mesma situação e participa de algum tipo de grupo político ou social, já participaram ou achariam importante participar e V. Política, mudança de governo e influência no programa; receio de perder o benefício; ao votar leva em consideração a opinião dos candidatos sobre o Bolsa Família; houve mudança na forma de lidar com política na cidade. As entrevistas foram gravadas com uso de smartphone Android, com a permissão de cada família, posteriormente transcritas e analisadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria das famílias sentiu-se pouco a vontade, portanto abordando sucintamente sobre os assuntos. Ao analisar o perfil das famílias entrevistadas observou-se o número pequeno de pessoas, baixo grau de escolaridade, em que a maioria não concluiu o ensino médio, 95% não possuem renda fixa, no qual o benefício é a única renda mensal. Observou-se que são pessoas

simples muitas vezes desorganizados e com pouco contato com qualquer tipo de organização partidária ou política.

Uma das perguntas que feitas nas entrevistas buscava compreender se as famílias beneficiárias consideram o benefício um direito ou uma espécie de favor do governo. Praticamente a totalidade das famílias entrevistadas considera o Bolsa Família um direito: mesmo as duas que responderam que acreditavam se tratar de um favor, quando explicaram um pouco mais deixaram claro que entendiam o benefício como um direito. As famílias entendem que têm esse direito por não terem tido oportunidades de ter melhores condições materiais de vida – não puderam concluir os estudos, tinham que trabalhar enquanto estudavam. Neste sentido, na medida em que o Estado não ofertou condições para que as famílias se estabelecessem por conta própria, teria a obrigação de repor isso de alguma forma. Mas mais do que isso, a falta de oportunidades de emprego assola todas as famílias beneficiárias entrevistadas, e neste ponto a percepção do benefício como um direito se acentua. Foram recorrentes as afirmações de que a falta de emprego é o principal problema enfrentado pelas famílias, e de que se tivessem oportunidades de emprego todas preferiam não ser beneficiárias do programa.

Neste sentido, pode-se perceber, ainda que de forma difusa, que os entrevistados se percebem como uma parte específica da sociedade: eles se veem como os que não tiveram oportunidades no passado, traduzindo-se isso sobretudo na falta de oportunidade de estudar e que por isso se encontram hoje numa situação de falta de oportunidades de crescer e se consolidar materialmente, traduzindo-se isso na falta generalizada de empregos. Assim, se relacionar ao conceito gramsciano de consciência política em que a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica a primeira fase de uma progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 2001), percebe-se que não há uma consciência formada em nenhuma das famílias entrevistadas, na medida em que nenhuma delas explicitamente se percebe como parte de uma força hegemônica na sociedade. Entretanto, ao se perceberem como uma parte da sociedade que não teve oportunidades é inegável que algum passo foi dado na direção proposta por Gramsci. Dessa forma, o recebimento do benefício e, sobretudo a reflexão sobre ele faz com que a praticamente a totalidade das famílias se percebam como parte de um grupo maior, mais amplo do que elas. Isso, se por si só não significa que o Bolsa Família emancipa politicamente as famílias (e efetivamente não se traduz em nenhum tipo de organização política nas famílias entrevistadas), parece ser um sinal de que ele pode contribuir para isso.

Por outro lado, conforme argumentam as pesquisas que buscam relacionar o voto com o Bolsa Família constata-se forte relação entre o voto em Lula e o peso do PBF na população total (MARQUES et al, 2009), a totalidade das famílias entrevistadas afirmam que em qualquer cenário eleitoral em que esteja presente o ex-Presidente Lula, votariam nele. Isso poderia ser um elemento de reforço do argumento de que o Bolsa Família poderia servir como algum tipo de manipulação eleitoral. Entretanto, ao observar as justificativas das famílias quando afirmam isso, todas elas afirmam que votariam no ex-Presidente porque entendem que ele “fez mais pelos pobres”, “olhou mais para os pobres”, etc. Neste sentido, ao conectar esse dado coletado com o anterior, pode-se argumentar que na verdade a opção por esse tipo de voto é parte da percepção, ainda que limitada, do pertencimento a um determinado grupo social (o dos pobres, dos sem oportunidade) que teve os interesses diretos mais atendidos pelos governos Lula do que pelos anteriores. Se essa compreensão estiver correta, trata-se de uma opção de voto consciente.

Esse argumento se fortalece com o temor demonstrado por boa parte das famílias com relação aos possíveis cortes no programa a partir da mudança governamental ocorrida em abril de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff. Boa parte dos entrevistados afirmou que temia algum tipo de retrocesso no benefício com o novo governo. Mais do que um temor infundado, os dados relacionados a julho de 2017 demonstram que houve diminuição do número de beneficiários do programa em que ocorreu o maior corte da história que excluiu 41.691 mil do Bolsa Família no Ceará, seguidos por 501 mil no país, constatando que é o maior redução de beneficiários do programa.

Neste sentido, pode-se afirmar que, a partir das entrevistas realizadas nessa pesquisa ainda introdutória, se o Bolsa Família não emancipa politicamente seus beneficiários, o fato de o benefício existir e a reflexão feita pelos seus beneficiários sobre ele traz elementos que possibilitam certa elevação do nível de consciência política dos beneficiários, entendida essa em termos gramscianos.

CONCLUSÕES

O recebimento do Bolsa Família e a reflexão sobre ele faz com que a praticamente a totalidade das famílias se percebam como parte de um grupo maior, mais amplo do que elas, contribuindo para o princípio da construção de uma consciência política. Nessa perspectiva percebe-se que o programa não é manipulação eleitoral, de modo que também o Bolsa Família não emancipa politicamente seus beneficiários e a consciência política percebida durante a pesquisa é de

que um governo em particular promove bem-estar para o grupo social em que as famílias estão inseridas tornando-se um voto mesmo que em pequena amplitude, consciente.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Henrique Carlos. “**Las políticas sociales del gobierno Lula, son de izquierda?**” In: Encuentro de la Cultura Cubana, 2008.

COHN, Amélia. “**Desafios de uma trajetória de êxito: dez anos do PBF**”. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARQUES, R. M. *et al.* **Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006**. Revista de Economia Política, 2009.

RÊGO, W.; PINZANI, A. “**Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família**”. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.